

1815-1819: os factos e as ideias

CONGRESSO DE VIENA (DESDE 27 DE SETEMBRO DE 1814 A JUNHO DE 1815) Foi no Congresso de Viena de 1815 que se veio estabelecer o modelo da hegemonia que estabeleceu um novo mapa político da Europa, ao abrigo de uma *balança dos poderes*. Talleyrand considerava, então, que no Congresso deveriam estar representados todos os Estados: *os mais pequenos e os maiores, inteiramente independentes da força*. Contudo, logo reconhecia que *só as Grandes Potências têm a ver com o todo*, dado que as pequenas apenas deveriam intervir no sistema particular onde se inserissem: *les grandses puissances seules, embrassant l'ensemble, ordonneraient chacune des parties par rapport au tout*. Se o Congresso pretendia ser uma forma de consagração do *Directório dos Quatro*, a *Quadrúpula Aliança* das potências vencedoras de Napoleão, acabou por ter que admitir a legitimidade da França e que levar a uma *Pentarquia*. Com efeito, a mestria diplomática de Talleyrand soube constituir, em torno da diplomacia de Paris, uma numerosa clientela de Estados Secundários. A ÁUSTRIA tem de renunciar aos Países Baixos do Sul e às regiões orientais do Bade e do Wurtemberg, mantendo contudo Veneza, as províncias Ilírias, a Lombardia, Tirol, Salzburgo e a Galícia. Continua a dominar em Itália e tem grande preponderância na Alemanha, embora perca territórios que detinha na Polónia; aumenta a respectiva população de 4 000 000. A PRÚSSIA perde grande parte das regiões polacas para a Rússia; ao Hanovre cede a Frísia Oriental, Hildesheim e outros territórios; à Baviera cede Ansbach e Bayreuth; recebe da Suécia a Pomerânia, a parte norte da Saxónia, a Vestefália e regiões renanas. A RÚSSIA ganha a maior parte da Polónia, anexando o Grão-Ducado de Varsóvia, que transforma no reino vassalo a Polónia, a Finlândia, que arrebatou aos suecos, e a Bessarábia, que retira aos turcos. A FRANÇA consegue manter as fronteiras de 1792, apenas garantindo a integração de Avinhão. A grande vencedora vai ser a GRÃ-BRETANHA. Surge o REINO DOS PAÍSES BAIXOS, onde a Holanda passa a dominar a Bélgica, reconstituindo-se a unidade que chegou a existir com Carlos V entre as 18 províncias dos Países-Baixos. Fica em união pessoal com o Luxemburgo. A SUÉCIA e a NORUEGA ficam em regime de união pessoal, sob a titularidade do antigo marechal napoleónico, Bernadotte; como compensação, a DINAMARCA obtém os ducados de Schleswig e Holstein. Na Itália reforça-se o REINO DA SARDENHA-PIEMONTE, englobando a Sabóia, Nice, Piemonte e a antiga República de Génova; para a Áustria fica a Lombardia e Veneza; na TOSCÂNIA, PARMA e MODENA ficam a reinar linhas laterais dos Habsburgos; os Bourbons ficam com NÁPOLES e com a SICÍLIA; mantêm os ESTADOS PONTIFÍCIOS; desaparecem a república de Génova e a república de Veneza. Na Alemanha permanecem os principais reinos criados por Napoleão: o REINO DA BAVIERA adquire Landau e Spire na margem esquerda do Reno; continua o REINO DE WURTEMBERG; o REINO DA SAXÓNIA é desmembrado em favor da Prússia; o Hanovre passa a REINO DO HANOVRE ficando como possessão pessoal do rei britânico; surge a CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA. PORTUGAL compareceu no Congresso com a categoria de *sub-aliado*: se consegue fixar fronteiras na Amazónia, perde a Guiana; quanto a Olivença, obtemos apenas o reconhecimento do direito; anulou-se o tratado anglo-britânico de 1810, pelo qual tínhamos de ceder aos ingleses, durante cinquenta anos os territórios de Bissau e do Cacheu

Depois do Congresso de Viena de 1815, a ITÁLIA, considerada como mera *expressão geográfica*, segundo o célebre dito de Metternich, passa a ter uma nova configuração; os Habsburgos austríacos passam a ser titulares do *reino Lombardo-Venezião*, anexam Trento, a

Ístria e a Dalmácia; dominam no centro, onde regressam vários príncipes titulares aparentados com os Habsburgos, no *grão-ducado da Toscana*, no *ducado de Modena* e no *ducado de Parma*; os *Estados Pontifícios* mantêm-se, mas guarnições austríacas instalam-se em Ferrara e em Romana; cresce também o *reino do Piemonte-Sardenha* que passa a integrar a República de Génova; no sul, o *reino das Duas Sicílias* é atribuído aos Bourbons de Nápoles. É neste ambiente que o nacionalismo liberal vai operar; a partir de 1815, a partir de meios aristocráticos e burgueses, especialmente entre universitários e militares passam a operar inúmeras lojas maçónicas, influenciadas pelos modelos dos *carbonari* que em Nápoles se opuseram à dominação francesa; o principal adversário são os austríacos, os *tedeschi* e a Santa Aliança que os sustenta.

POLÓNIA Em 1815 o imperador russo Alexandre I concedeu uma constituição ao então *reino da Polónia* integrado no Império russo; o imperador era representado por um *vice-rei* e instituíam-se uma dieta bicameral; cinco anos depois terminava a autonomia e a dieta deixou de se reunir a partir de 1822.

CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA (*Deutscher Bund*). Em 8 de Junho de 1815 era estabelecida a Confederação Germânica, *Staatenbund* ou *Deutscherbund*. Se os movimentos liberais ansiavam pela grande unidade germânica, animados pelos discursos de Fichte, a Confederação assumia o restauracionismo, dado consistir numa ténue ligação política entre 38 Estados soberanos, em vez dos 360 consagrados pelo Tratado de Vestefália de 1648 . Entre esses 38 Estados soberanos, conta-se o Império da Áustria, cinco reinos (Prússia, Saxónia, Hanôver, Wurtemberg, Baviera), vários grão-ducados (p. ex. Baden, Hesse), cidades livres (v.g. Bremen, Lubeck, Hamburgo, Francoforte). Na presidência da Confederação, aparecia o Imperador da Áustria; como Vice-Presidente, o Rei da Prússia. E muitos dos Estados integrantes eram até representados por soberanos estrangeiros: o rei de Inglaterra é o rei de Hanôver; o rei da Dinamarca era duque de Holstein; o rei da Holanda é o grão duque do Luxemburgo. A Confederação assim diluída nas teias da balança da Europa nem sequer vai ter um tribunal superior comum. O exército federal apenas se constitui em 1821, consistindo numa manta de farrapos, sem unidade e sem eficácia. O único organismo vivo do sistema é a dieta, o *Bundesrath*, sita em Francoforte. Desapareceu a autonomia de cerca de meia centena de cidades livres que passam a ser integradas nos reinos ou grão-ducados; os principados eclesiásticos foram secularizados.